OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Caderno – Tributário

Ponto Sorteado

Para uso da OAB

FUNDAÇÃO vunesp

16.09.2007

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu nome, RG e n.º de inscrição estão corretos e assine, na capa, no local reservado.
2. Escreva o número do ponto sorteado no espaço reservado.
3. **Não será considerada a Peça elaborada em discordância do ponto sorteado.**
4. A PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL abrange duas partes:
   a) redação de Peça Profissional, privativa do advogado, na área de opção do candidato, a saber: Civil, Penal, Trabalho ou Tributário;
   b) respostas a 5 questões práticas, sob a forma de situações-problema.
5. A prova deve ser feita com caneta de tinta azul ou preta. **Os rascunhos não serão considerados.**
6. Não assine sua prova, pois isso a identificará e, conseqüentemente, a anulará.
7. Serão permitidas consultas a legislação, livros de doutrina e repertórios de jurisprudência. É vedada a utilização de sinopses e roteiros de peças jurídicas, dicionários jurídicos e obras que contenham formulários e roteiros de peças jurídicas, questões sob a forma de perguntas e respostas, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas, mesmo as editadas sob a forma de livro, bem como toda e qualquer publicação editada ou patrocinada por cursos especializados no preparo para concurso de exame de ordem.
8. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6.
9. Duração da prova: 5 horas.
10. **Não será permitido sair do local do Exame antes de transcorridas 2 horas e 30 minutos do seu início.**

Obs.: a) **Não serão fornecidas folhas complementares.**
b) **Não serão avaliadas as respostas das questões ou a redação da Peça Profissional elaboradas fora do local destinado.**

Assinatura do candidato

FUNDAÇÃO vunesp

16.09.2007

OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º EXAME DE ORDEM – 2.ª FASE

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

3.º EXAMINADOR

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

PEÇA	
QUESTÃO 1	
QUESTÃO 2	
QUESTÃO 3	
QUESTÃO 4	
QUESTÃO 5	
NOTA (TOTAL)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
3.º Examinador			

Código:

PONTO 1

Sua cliente, empresa "A", sediada no Estado de São Paulo, procura-o, pois foi surpreendida com a notícia de que o Diário Oficial do Estado publicou texto de Lei que instituiu uma taxa, cujo fato gerador consiste na prestação de serviços públicos de segurança pública em todo o território do referido Estado. A mencionada taxa será cobrada em valores fixos das pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no respectivo Estado. A taxa será devida anualmente. Há casos previstos em Lei de isenção para pessoas físicas com idade superior a 65 anos. A empresa "A" pretende antecipar-se à referida cobrança e contrata-o para tomar as medidas judiciais cabíveis.

QUESTÃO: Como Advogado contratado da empresa, ingresse com a medida judicial tendente a evitar a cobrança futura da referida taxa.

PONTO 2

A empresa "B", sediada na cidade de São Paulo, com filiais em várias cidades do referido Estado, pretende realizar, no mês de novembro/2007, transferências de mercadorias de seu estabelecimento situado na cidade de Sorocaba para o estabelecimento situado na cidade de Ourinhos. A aludida transferência tem por intuito concentrar parte do estoque hoje existente em área vizinha ao Estado do Paraná, tendo em vista estratégia comercial da empresa. Contudo, a empresa "B" tem conhecimento de que a legislação do ICMS do Estado de São Paulo exige o referido tributo nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos comerciais dentro do próprio Estado. A empresa "B", entendendo incorreta tal situação jurídica, contrata-o com o intuito de se ver desobrigada de fazer incidir o ICMS sobre as futuras operações de transferência de mercadorias. Para tanto, solicita que a medida judicial referida seja a mais célere possível e não acarrete risco de pagamento de honorários de sucumbência.

QUESTÃO: Como Advogado de "B", tome as medidas judiciais cabíveis, visando assegurar o não pagamento de ICMS nas operações de transferências de mercadorias entre estabelecimentos comerciais situados no Estado de São Paulo.

PONTO 3

A empresa "C", sediada no Estado de São Paulo, é uma empresa *holding* que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em decorrência disso, recebe das companhias de que participa, anualmente, juros sobre o capital próprio (JCP). Os referidos valores sofrem, por disposição legal, tributação do PIS e da COFINS. Já, com relação aos dividendos recebidos pela participação em outras sociedades, não há a referida tributação do PIS e da COFINS, também, por expressa disposição legal. Contudo, a empresa "C", sabedora de que outras empresas ingressaram contra a cobrança dos referidos tributos (PIS e COFINS sobre JCP), contrata-o para ingressar com medida judicial que iniba a exigência futura de tais valores e a conseqüente cobrança do referido tributo.

QUESTÃO: Como Advogado de "C", tome as medidas judiciais cabíveis, visando assegurar o não pagamento do PIS e da COFINS sobre a receita decorrente do recebimento de JCP.

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

1. Suponha que seu cliente, sediado no Estado de São Paulo, pretende fazer uma doação de R$ 200.000,00, no mês de novembro de 2007, para um de seus filhos. Em vista disso, o cliente consulta-o acerca de quais tributos incidem, para o donatário, sobre a referida operação. Ele quer saber que espécies tributárias incidem, a que alíquotas e sobre que bases de cálculo.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

2. Determinado cliente, pessoa física, prestou serviços de assessoria financeira a empresa sediada no exterior, tendo recebido pelo referido serviço prestado R$ 100.000,00, no mês de abril de 2007. O referido cliente, somente em setembro do aludido ano, consulta-o acerca da eventual tributação do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) sobre a mencionada remuneração. Qual seria a sua recomendação jurídica?

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

3. A empresa "D" sofreu uma autuação de ISS e, após apresentar impugnação ao referido lançamento, recebeu intimação da Secretaria de Finanças respectiva, informando da decisão que manteve o referido lançamento por entender não ter havido qualquer irregularidade. Ocorre que, pela legislação municipal, o recurso à instância administrativa superior deve ser precedido de depósito em dinheiro de 30% do valor do auto de infração para o conhecimento e processamento do pleito. Como Advogado de "D", qual a argumentação jurídica possível contra a exigência do referido depósito?

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

4. Até o presente momento, a União não criou o denominado Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 153, inciso VII. Suponha que, neste mês, seja editada uma Lei Complementar, criando o referido tributo. Após a publicação mencionada procura-o a empresa "E", querendo contestar a cobrança do IGF, alegando caducidade do direito de instituição do aludido tributo. Seria possível tal alegação? Fundamente a resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

5. Determinada entidade religiosa, imune nos termos do disposto no artigo 150, inciso VI da Constituição Federal, procura-o, pois recebeu cobrança de IPTU de imóvel de sua propriedade alugado para uma empresa que explora estacionamentos de veículos. Qual seria a argumentação que poderia ser utilizada na defesa dos interesses da aludida entidade religiosa?

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

2.º Examinador

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

Peça	
Questão 1	
Questão 2	
Questão 3	
Questão 4	
Questão 5	
Nota (Total)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
2.º Examinador			

Código:

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

1.º Examinador

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

Peça	
Questão 1	
Questão 2	
Questão 3	
Questão 4	
Questão 5	
Nota (Total)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
1.º Examinador			

Código: